

Júlio Olivar

O TABELIÃO E O MINISTRO



A saga da família Coelho na Amazônia
e o ministro do STJ Raul Araújo Filho



Júlio Olivar

**Membro da Academia Rondoniense de Letras
Cadeira 8 – Patrono Edgard Roquette-Pinto**

O tabelião e o ministro

A SAGA DA FAMÍLIA COELHO NA AMAZÔNIA
E O MINISTRO DO STJ RAUL ARAÚJO FILHO

CAPA:



Representação alegórica de **Francisco Plínio Coêlho**
e o seu neto, ministro **Raul Araújo Filho**:
raízes amazônicas.
Arte digital com recursos de IA

FALE COM O AUTOR:

Caixa Postal 279

CEP 76.988-899 – Vilhena – Rondônia

✉ julioolivar@hotmail.com

☎ (69) 99954-1325



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Servidora Maria da Conceição Peres

O48t	OLIVAR, Júlio
	O tabelião e o ministro : a saga da família Coêlho na Amazônia e o ministro do STJ Raul Araújo Filho / Júlio Olivar. – Vilhena – RO : Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, 2025. 75 p.
	Impresso
	ISBN nº 978-65-991244-4-0
	Disponível também nos formatos PDF e E-book
	1. História da Família Coêlho. 2. Francisco Plínio Coêlho. 3. Raul Araújo Filho. I. Olivar, Júlio. II. Título.
	CDU 929

Trabalho elaborado a pedido de:

Alexandre Miguel,
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia,
Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia;

Diego Vasconcelos,
Advogado, professor e escritor,
Presidente da Academia Rondoniense de Letras;

Andrey Cavalcante,
Advogado, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Rondônia.

Agradecimento:
Marcos Mairton da Silva,
Juiz federal, Brasília (DF).

PREFÁCIO

“Esteios silenciosos do tempo”

Nas veredas da história, há homens que, mesmo sem os louros do poder ou da fama, tornam-se esteios silenciosos do tempo. Francisco Plínio Coêlho foi um desses homens. Não buscou palácios, mas edificou alicerces. Com sua pena e seu ofício de tabelião nas barrancas do Madeira, foi artífice de um tempo em que os documentos substituíam espadas, e os livros de registro se tornavam guardiões da memória e da civilização.

Ao relatar a saga da família Coêlho na Amazônia, esta obra de Júlio Olivar cumpre papel fundamental de resgate histórico e, mais que isso, de justiça poética. Ruy Barbosa dizia que “a história dos povos é a consciência da humanidade”. Ler sobre Francisco Plínio Coêlho é acessar essa consciência, é compreender que há grandeza no cotidiano e heroísmo no anonimato. Sem ter sido advogado por diploma, foi jurista por vocação. Sem tribunal, administrava justiça no papel timbrado da confiança popular. E sem púlpito, educava seus filhos para o serviço público, para a política, para a vida.

Sua descendência provou que seus ensinamentos não se perderam nas águas do Madeira. Entre os filhos, senador, governador e tribunos que ecoaram sua paixão pela República. E entre os netos, a culminância: o ministro Raul Araújo Filho, hoje integrante da mais alta corte infraconstitucional do país: o Superior Tribunal de Justiça.

O ministro Raul, que honra não apenas os Coêlho, mas o Ceará e a Amazônia, onde estão suas raízes fundadoras, carrega em sua trajetória o selo da seriedade, da erudição e da modéstia. É um homem de Estado e de toga, mas também de memória. Sua vida, marcada pela precocidade no Ministério Público, pelo brilho na advocacia e pela firmeza no Judiciário, é um tributo ao legado familiar, uma oferenda àqueles que, como Francisco Plínio, “trabalhavam com o silêncio dos justos”, como pensava Albert Camus, sobre a dignidade silenciosa dos que resistem com ética.

Ao mesmo tempo, esta obra recupera a figura de Francisco Plínio Coêlho Filho, jovem prefeito de Porto Velho, falecido em pleno exercício do cargo. Sua história, interrompida por enfermidade precoce, é lembrada com a dignidade que merece. E como todo grande enredo amazônico, sua existência mistura política, idealismo, tragédia e luta. A presença de sua esposa, Virgínia, como diretora da

centenária Escola Barão de Solimões, completa o retrato de um tempo em que servir ao público era missão de fé.

Ler este livro é como percorrer a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré com os olhos da alma. É perceber que a cidade de Porto Velho — tantas vezes esquecida em sua origem — foi sonhada e formalizada por mãos como as de Francisco Plínio Coêlho, ainda antes de existir como município. Foi ele quem acolheu engenheiros, redigiu escrituras, propôs soluções. Sua memória, portanto, é também a memória da própria cidade.

Neste contexto, a necessidade de salvaguardar a memória histórica da Amazônia Ocidental — e, em especial, de Porto Velho e Humaitá — fez com que a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), o Centro de Memória e Documentação Histórica do Judiciário Rondoniense (CCDHM) e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) participassem ativamente da edição desta obra. Preservar o passado é proteger as raízes que sustentam o presente. É dizer, com atos concretos, que a história vale tanto quanto o Direito — pois ambos formam o alicerce da Justiça.

Como diretor da Emeron, é com emoção que reconheço nesta obra uma aula viva de Direito, de história e de humanidade. E como magistrado, não posso deixar de recordar as palavras de Gustav Radbruch: “O Direito não é apenas a ordem, mas também a justiça.” Francisco Plínio representava essa síntese: ordenava com justiça e inspirava com exemplo.

Parafraseando Jorge Luis Borges, “os homens podem ser lembrados não pelo que disseram, mas pelo que os outros disseram sobre eles”. Este livro, ao relatar a vida do velho tabelião e de seus descendentes, eterniza a saga de uma família que fez da Amazônia sua pátria moral. Que os leitores, ao avançarem por estas páginas, possam sentir o calor do sol amazônico, o rumor do Rio Madeira e o perfume das árvores históricas que ainda guardam o nome dos Coêlho. E que, em cada linha, ressoe o eco de Francisco Plínio: escrevendo não apenas certidões, mas destinos.

Não poderia encerrar este prefácio sem um reconhecimento especial ao autor desta obra: Júlio Olivar. Com sensibilidade histórica, profundidade investigativa e uma pena tão firme quanto suave, ele transforma dados em narrativa, documentos em memórias e personagens em símbolos vivos de um tempo que não deve ser esquecido. Sua escrita tem a elegância dos que conhecem o ofício e o compromisso dos que respeitam a história. Sua contribuição, ao reconstruir os fragmentos da memória amazônica, é digna dos maiores elogios e da gratidão das

futuras gerações.

É também imprescindível registrar o papel fundamental desempenhado por duas figuras que, ao lado do autor, foram sementes deste projeto: o advogado Diego Vasconcelos, presidente da Academia Rondoniense de Letras (ARL), instituição da qual Júlio Olivar e eu também fazemos parte; e o advogado Andrey Cavalcante, ex-presidente da OAB/RO. Ambos idealizaram e ajudaram a sedimentar este projeto de resgate histórico, propondo que se realizasse a pesquisa e o registro da trajetória dos personagens centrais da obra. À ARL, por sua vez, cabe o mérito de cumprir com excelência sua missão institucional de preservação e difusão da memória cultural e intelectual de Rondônia.

Desembargador **Alexandre Miguel**

Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron

Membro da ARL – Academia Rondoniense de Letras

LINHA DO TEMPO



1875 – Em 11 de janeiro nasce Francisco Plínio Coêlho, no Ceará.

1890 – Criado o município de Humaitá (AM), berço dos Irmãos Coêlho. No total, o casal Francisco Plínio Coêlho e Ana Ramos Coêlho teve oito filhos.

1901 (c.) – Nasce Francisco Plínio Coêlho Filho, futuro prefeito de Humaitá e Porto Velho.

1908 – Francisco é eleito vereador em Camocim (CE)

1911 – Francisco Plínio Coêlho é nomeado tabelião em Humaitá, onde registra e observa o desenvolvimento da região.

1912 – Inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com 364 km de extensão. Os primeiros sete quilômetros passam por uma área de Humaitá, que mais tarde se tornaria a cidade de Porto Velho.

1914 – Criação do município de Porto Velho, com terras desapropriadas de Humaitá. O decreto é assinado pelo governador do Amazonas, Jônatas Pedrosa.

1917 – Francisco Plínio Coêlho publica o artigo “Um pouco da história das terras de Porto Velho”.

1918 – Nasce em Humaitá Paulo Ramos Coêlho, futuro senador pelo Amazonas.

1920 – Nasce em Humaitá Plínio Ramos Coêlho, futuro governador do Amazonas.

1925 – Francisco Plínio Coêlho Filho casa-se com Virgínia de Aguiar Coêlho, em Humaitá.

1929 – O governo do Amazonas concede a Francisco Coêlho a serventia vitalícia dos cargos de tabelião de notas, escrivão judicial e outras funções anexas na Comarca de Humaitá.

1930 – Getúlio Vargas assume a presidência após a Revolução de 1930, pondo fim à política do café com leite e à Primeira República.

1931 – Nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

1932 – Francisco Plínio Coêlho Filho deixa a prefeitura de Humaitá e assume a prefeitura de Porto Velho, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas.

1932 – Virgínia Coêlho, primeira-dama de Porto Velho, assume a direção do Grupo Escolar Barão de Solimões.

1933 – Francisco Plínio Coêlho Filho falece enquanto prefeito de Porto Velho, aos 32 anos, deixando viúva e três filhos. É sepultado no Cemitério dos Inocentes.

1933 – O governo federal começava a criar a base da legislação trabalhista no país e o voto feminino, que foi permitido para as eleições da Constituinte de 1933.

1939 – Francisco Coêlho é empossado tabelião de notas e escrivão judicial de Manicoré, cidade do Sul do Amazonas.

1940 – Getúlio Vargas visita Manaus e Porto Velho.

1943 – O presidente Getúlio Vargas cria o Território Federal do Guaporé, elevando Porto Velho à condição de capital.

1944 – Plínio Coêlho inicia na política como vice-presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Direito de Manaus.

1947 – Plínio Ramos Coêlho é eleito deputado estadual pelo Amazonas.

1948 – Aos 30 anos de idade, Paulo Coêlho assume chefia do escritório do Lloid Brasileiro em Manaus.

1950 – Plínio Ramos Coêlho é eleito deputado federal.

1951 – Paulo Ramos Coêlho assume como deputado estadual, mas renuncia ao mandato dois anos depois, preferindo continuar trabalhando como contador e, depois, assessor jurídico do Lloid Brasileiro, em Salvador (BA).

1954 – Plínio Ramos Coêlho é eleito governador do Amazonas, vencendo “a oligarquia da borracha”, como ele dizia.

1954 – Mesmo tendo dito que não se envolveria mais em política, Paulo Coêlho aceita a inclusão de seu nome como candidato a suplente de senador, “para ajudar”.

1955 – Morre a matriarca Ana Ramos Coêlho, sepultada em Manaus.

1959 – Nasce Raul Araújo Filho, futuro ministro do STJ, cuja mãe, Iracema Coêlho Araújo, filha de Francisco Plínio Coêlho.

1959 – Francisco Plínio Coêlho, o patriarca, é eleito vereador em Manaus aos 84 anos.

1962 – Plínio Ramos Coêlho é eleito novamente governador.

1962 – Paulo Ramos Coêlho toma posse como senador, na vaga do titular, Leopoldo Cunha Mello, que morreu.

1963 – Paulo Coêlho assume como deputado federal, o segundo mais votado do estado, mesmo morando no Pará há sete anos.

1963 – Plínio toma posse como membro perpétuo da Academia Amazonense de Letras. Publica livros de poesia e sociologia.

1963/1964 – Francisco Plínio Coêlho foi presidente da Câmara Municipal de Manaus.

1964 – Plínio Ramos Coêlho tem seu mandato cassado e perde os direitos políticos.

1968 – Paulo Coêlho falece em um acidente de carro em Goiás. Seu corpo é sepultado em Brasília, no cemitério Campo da Esperança.

1970 – Francisco Plínio Coêlho falece aos 95 anos, em Brasília. Seu corpo é sepultado em Manaus, no Cemitério São João Batista.

1982 – Plínio Ramos Coêlho candidata-se pela última vez ao governo do Amazonas, ficando em quarto lugar.

1984 – Plínio assume a superintendência na Amazônia da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), órgão do governo federal, e faz elogios ao presidente militar, João Batista Figueiredo.

1987/1988 – Mesmo sem mandato, Plínio continuava sendo uma voz ativa, frequentemente consultado pela imprensa sobre propostas relacionadas à Constituição Federal promulgada em 1988.

2001 – Plínio Ramos Coêlho falece em Manaus, deixando um legado marcante na política, literatura e educação.

2010 – O cearense Raul Araújo Filho, neto materno do tabelião de Humaitá é nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça.



Uma genealogia concreta

BARRANCA
do
RIO
o velho SONHOU
e o jovem,
sem saber
apenas foi,
FOI FOI FOI
E
chegou!



Ministro Raul Araújo Filho: raízes amazônicas (Foto: Divulgação)

O TABELIÃO E O MINISTRO

Das barrancas do Rio Madeira ao STJ

TIOS DE RAUL ARAÚJO FILHO FORAM GOVERNADOR E SENADOR PELO AMAZONAS E PREFEITO DE PORTO VELHO

Embora não sustente Coêlho no sobrenome, um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Raul Araújo Filho, carrega o legado e o espírito do tabelião Francisco Plínio Coêlho (1875–1970), seu avô materno. Uma figura marcante na consolidação institucional do Sul da Amazônia, Francisco Plínio e sua família deixaram também uma marca indelével na política estadual.

Essa herança significa que Chico Filho – falecido em 1933, aos 32 anos, enquanto ocupava a prefeitura de Porto Velho – era tio de Raul. Plínio Ramos Coêlho (1920–2001), governador do Amazonas, e Paulo Coêlho (1918–1968), senador, também eram irmãos da mãe do ministro, Iracema Coêlho Araújo. Oito irmãos cresceram em Humaitá, filhos de Francisco e Ana Ramos Coêlho, onde a política e o Direito começaram a traçar raízes profundas.

Foi nesse berço, no Vale do Rio Madeira, que Francisco Plínio Coêlho, o velho barranqueiro, não apenas formalizou documentos e registros, mas moldou o futuro político e jurídico de sua descendência. Sua influência ecoou além das margens do Madeira, deixando um legado que hoje é representado nacionalmente por Raul Araújo Filho.

Quando Raul nasceu no Ceará, em 10 de maio de 1959, fazia pouco mais de um mês que seu tio, Plínio Ramos Coêlho, grande tribuno e entusiasta do Direito, concluía seu primeiro mandato como governador do Amazonas. Com apenas 35 anos, Plínio já havia deixado uma marca na história como deputado estadual e federal antes de chegar ao icônico Palácio Rio Negro.

No sangue e na memória – A propensão ao Direito e à precocidade parece ser traços dessa linhagem familiar. Aos 22 anos, Raul já havia se formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Dois anos depois, ingressava como promotor de Justiça. Paralelamente, cursou Economia na Universidade de Fortaleza, concluindo a formação em 1985. Aos 30 anos, ocupava o cargo de procurador-geral do estado do Ceará e, aos 51, atingia o ápice de sua trajetória como ministro do STJ.

Embora seu pai, advogado de destaque no Ceará, tenha influenciado sua trajetória de forma direta pela proximidade, os ecos da floresta e as lições herdadas da linhagem materna são inegáveis. Plínio e Paulo Coêlho, antes de brilharem nos holofotes políticos, construíram suas bases no mundo das leis. Plínio, professor de Direito até o fim da vida, e Paulo, procurador do lendário Lloyd Brasileiro, usaram o conhecimento jurídico como sustentação de suas carreiras.

Ao seguir essa linha do tempo, chegamos ao início: Francisco Plínio Coêlho, a raiz. Sem o diploma de advogado, mas com uma mente arguta e prática, ele atuou como rábula no Acre, por curto período, e em Humaitá, desde o início do século XX, auxiliando cidadãos em questões agrárias e jurídicas com sabedoria e habilidade.

Nomeado tabelião em 1911 e vitalício em 1929 na Comarca de Humaitá, ele formalizava atos e transformava histórias em memória viva. Seu ofício transcendia a mera burocracia: cada documento carregava não apenas um registro, mas um compromisso com o presente e uma ponte para o futuro. Observador atento, Francisco também foi cronista das transformações que moldaram Porto Velho, cidade que ele viu nascer e cujo DNA ajudou a construir.

Talvez Francisco aspirasse ser advogado, promotor ou juiz. Seus esforços em educar os filhos no Direito sugerem isso. Mas, na prática, ele foi além, estabelecendo as bases para que seus descendentes alcançassem feitos que ele só poderia imaginar. E hoje, no Tribunal da Cidadania, Raul Araújo Filho perpetua esse legado familiar, honrando as aspirações de um visionário que viu além de seu tempo.



Sede do STJ em Brasília, atual (Divulgação/Conjur)

Nas margens do tempo – Raul Araújo Filho tinha 11 anos quando seu avô Francisco Plínio Coêlho morreu em Brasília, tendo seu corpo sido transladado para Manaus, onde foi sepultado. Não sabemos se chegaram a se conhecer, mas as marcas deixadas pelo velho tabelião parecem ter encontrado solo fértil no neto. De algum modo, Raul carrega consigo as histórias ocultas nas curvas do Madeira, o peso do tempo e a honra de uma linhagem que transformou papéis em destino.

Como diria Gustav Radbruch, filósofo do Direito: “A Justiça é a vontade constante de dar a cada um o que lhe é devido”. Francisco Plínio Coêlho, mesmo sem as insígnias formais de um magistrado, viveu por esse ideal, organizando um mundo de incertezas em torno da ordem e da dignidade.

E assim, as águas do tempo seguem. Talvez Francisco, do alto de seus anos, nunca tenha imaginado que teria um neto ministro do STJ – que, aliás, sequer existia quando de sua partida. Mas, se pudesse contemplar o futuro, quiçá sorrisse, reconhecendo que, como as águas que amava, seu legado fluiu livre, atravessando eras e fertilizando novos caminhos. Afinal, os rios nunca sabem ao certo para onde vão, mas carregam em si a certeza de que fertilizam tudo por onde passam.

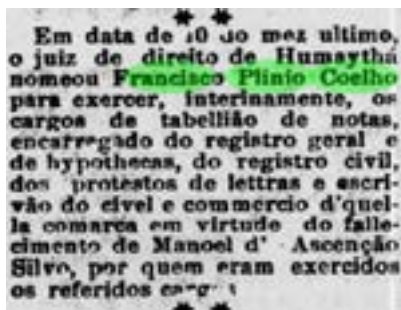


Humaitá, município criado em 1890 (a.d.)

TUDO COMEÇOU EM HUMAITÁ

Nossa história tem um patriarca. O cearense Francisco Plínio Coêlho vivia imerso nas margens do Rio Madeira, em Humaitá, no sul do Amazonas, desde o início do século XX, depois de uma breve passagem pelo Acre, onde nasceu seu primogênito, Francisco Plínio Coêlho Filho. Atuava como guarda-livros nos seringaais e mantinha relações próximas com figuras influentes na velha cidade e no estado. Tornou-se uma espécie de rábula até ser efetivado como escrivão. Sempre era ouvido acerca de qualquer benfeitoria que se quisessem realizar.

Em 1911, após o falecimento do titular, foi nomeado interinamente para o Cartório de Notas e Ofícios. Mais tarde, acabou sendo efetivado no cargo de tabelião de notas, registro civil, protestos de letras e escrivão do civil e comércio daquela comarca, consolidando sua posição.



Notícia do Jornal do Commercio, Manaus (AM), 19/4/1911.

Viviam-se os tempos áureos do Primeiro Ciclo da Borracha, marcados por uma prosperidade exuberante para alguns. Até a década de 1920, Manaus desfru-

tava da sua Belle Époque tropical, repleta de luxo e opulência. No entanto, surge a pergunta inevitável: a que custo se sustentava tal esplendor? A vida era muito dura no interior da mata, nos seringais sem conforto e nas vilas nascentes, marcadas pela violência, as doenças e as dificuldades de locomoção.



Uma charge do governador Jônatas Pedrosa, o que assinou o ato de criação e instalação do município de Porto Velho, em 1914, separado de Humaitá, a terra de Francisco Coêlho. O Zé Povo, criado pela Revista O Malho, do Rio de Janeiro, em conversa com Jônatas Pedrosa pergunta sobre a crise da borracha no Amazonas, e este era o principal assunto, para contextualizarmos a época de Francisco e de Porto Velho. **Fonte:** O Malho, Ed. 552, ano XII – 12 de abril de 1913.



Porto Velho em 1910 ainda integrava o território de Humaitá e só seria elevado a município em 1914 no cimo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré movida à extração de látex
(Foto: Dana Merrill/Acervo USP)

Francisco Coêlho antecede Porto Velho. A atual capital de Rondônia surgiu como fruto da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, realizada entre 1907 e 1912 por mais de 20 mil trabalhadores vindos de 50 países, sendo oficialmente constituída como município apenas em 1914. Em vários momentos, Humaitá foi o centro de várias decisões, pois fiscais e altos funcionários do governo federal encaminhados para o ‘front’ durante as obras da ferrovia permaneciam naquela cidade, onde desenvolviam suas escrituras. A autorização para que o marco inicial da EFMM se desse à altura atual de Porto Velho, e não a sete quilômetro, no Mato Grosso, ocorreu em Humaitá.

Embora a data inicial da obra seja considerada 7 de julho de 1907, a localização do marco-zero da Madeira-Mamoré só foi oficialmente aprovada em janeiro de 1908 pela Comissão de Fiscalização liderada por José Gonçalves Barbosa (1860/1940); curiosidade: ele era sobrinho-neto de Bento Gonçalves (1788/1847), líder da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, de onde é considerado um herói.

O engenheiro-chefe da equipe de fiscalização da construção foi nomeado pelo presidente da República, Afonso Pena. Desde outubro de 1907, os técnicos vindos do Rio de Janeiro se instalaram em Humaitá, alguns hospedados na residência do tabelião substituto Francisco Plínio Coêlho. Foi nesta cidade que, mediante uma série de estudos, cálculos e argumentos apresentados pelos engenheiros norte-americanos, Gonçalves Barbosa aceitou as justificativas para a mudança do ponto inicial de Santo Antônio para Porto Velho.

Devido às condições insalubres de Santo Antônio e à isenção que a equipe do Ministério da Viação e Obras Públicas precisava assegurar para emitir pareceres e finalizar os gráficos, apenas o engenheiro-chefe esteve no canteiro de obras, acompanhado por alguns assistentes, estudando as condições dos dois locais apontados como possibilidades para a sede da cidade-empresa.

A equipe, composta por cerca de dez pessoas, permaneceu em Humaitá. Os documentos produzidos foram encaminhados ao ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, um jovem engenheiro baiano de 29 anos, que deu a palavra final sobre o ponto inicial da ferrovia. Na prática, a obra já havia sido iniciada no local desejado pelos empreiteiros norte-americanos e a aprovação oficial foi uma mera formalidade do governo federal.

Miguel Calmon concedeu plenos poderes a Gonçalves Barbosa para autorizar o ponto de partida. Não é de se duvidar que Francisco Plínio Coêlho estava par de tudo. Ele percorreu todas as regiões dos estudos apresentados pelos construtores para aprovação.

Após examinar o terreno, o engenheiro concordou que a obra deveria realmente começar por Porto Velho, conforme planejado pela empresa concessionária. Entre outros motivos, em Santo Antônio não havia espaços adequados para as construções das casas, barracões e armazéns de que a empresa precisava, além das já citadas questões sanitárias e a pedreira que prejudicava a atracação das gigantescas embarcações em frente da vila.

Mais tarde, entre 1912 e 1914, Barbosa seria ministro da Viação e Obras Públicas, no governo do presidente Hermes da Fonseca, e senador pelo Rio Grande do Sul, entre outros cargos públicos ocupados. Ele entra na história de Porto Velho como o “avalista” oficial da instalação da vila ferroviária que deu origem à cidade. E poucos sabem disso.

Em 1911, quando as obras da ferrovia ainda estavam em curso, o Supremo Tribunal Federal determinou a retificação da divisa entre Mato Grosso e Amazonas, abrangendo os municípios de Santo Antônio do Rio Madeira (hoje uma vila situada a sete quilômetros do centro de Porto Velho) e Humaitá, que incluía a área onde hoje se encontra a capital rondoniense. Em resumo, o marco inicial da ferrovia Madeira-Mamoré pertencia a Humaitá, pois Porto Velho ainda não existia, formalmente. Quando ocorreu a adequada definição da ‘fronteira’ entre os estados, Francisco Plínio Coêlho estava efetivado como tabelião e colaborou na elaboração de documentos e relatórios.



Leitura da ata de assentamento do marco de limites entre o Estado do Amazonas e Mato Grosso. O ato ocorreu próximo da então Cachoeira de Santo Antônio no Rio Madeira, a sete quilômetro do centro da atual cidade de Porto Velho.

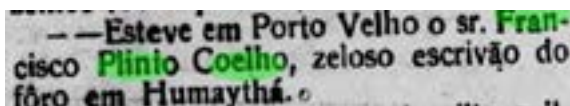
Fonte: O Malho, Ed. 471 ano X – 23 de setembro de 1911.

O cartorário Francisco Coêlho foi uma testemunha ocular de todo esse processo de desenvolvimento. Ele acompanhou de perto as transformações da região e chegou a registrar suas impressões em um texto esclarecedor sobre o período, como veremos a seguir. No recorte do jornal *Alto Madeira*, vemos um texto histórico intitulado “Um pouco de história das terras de Porto Velho”, abordando questões ligadas à fundação da cidade, incluindo problemas com terras, contratos e arrendamentos envolvendo a Madeira Mamoré Railway Company – a concessionária da ferrovia – e a administração municipal. Há referências específicas a decretos e contratos.

Texto de Francisco de 1917; Porto Velho tinha apenas três anos:



Coelho era reconhecido como um cidadão de destaque, chegou a ser agraciado com a insígnia de capitão da Guarda Nacional – uma patente simbólica, desvinculada do Exército. Esse conceito evidencia o prestígio que ele desfrutava nas altas esferas de poder.



Um velho vínculo com a cidade. Jornal Alto Madeira, 1917.



Humaitá, 1 de Agosto de 1918.
O Official do Registro Civil
Francisco Plínio Coêlho



Rio Madeira, o elo maior que uniu Humaitá e Porto Velho (Foto: Júlio Olivar)

Enquanto atuava no cartório e como serventuário da justiça, acompanhando o progresso da região, Francisco Coêlho dedicava-se também à educação de seus filhos. O interesse pela política era uma característica marcante nas dinâmicas familiares. O primogênito, Chico Filho, abriu as portas da vida pública para os irmãos, mas não teve tempo de colher os frutos. Foi prefeito de Humaitá aos 30 anos e de Porto Velho aos 32. Sua trajetória, no entanto, foi interrompida precocemente.

CONFUSÕES OFICIAIS

Para falar sobre o prefeito Francisco Filho, tio do ministro do STJ Raul Araújo Filho, é necessário esclarecer alguns equívocos históricos promovidos pelo poder público nos dias atuais.

Na Galeria de Fotografias Oficiais dos ex-prefeitos de Porto Velho, encontra-se uma imagem identificada como sendo de Francisco Plínio Coêlho, supostamente prefeito entre 1932 e 1933. No entanto, essa única iniciativa contém cinco erros históricos graves que comprometem a integridade da memória:

1. A foto apresentada não é do prefeito Francisco Filho, mas sim de seu irmão, Plínio Coêlho, que, na época, tinha apenas 12 anos de idade e, portanto, não poderia ter sido prefeito de Porto Velho em 1932/33.
2. Francisco Plínio Coêlho, tabelião em Humaitá, mencionado como prefeito de Porto Velho na legenda, nunca ocupou tal cargo e sequer residiu na cidade. Quem foi prefeito, na verdade, foi seu filho homônimo, Francisco Plínio Coêlho Filho, algumas vezes tratado como Chico Filho.
3. O período de governo de Chico Filho terminou em janeiro de 1933 com sua doença e morte, e não em junho de 1933. Ele ficou apenas oito meses na prefeitura. No mês indicado oficialmente como sendo o do término do mandato, ele já havia falecido e sido sepultado no lendário Cemitério dos Inocentes, onde repousam grandes figuras da história de Porto Velho, a exemplo de ferroviários, políticos, cientistas, escritores, militares, artistas e outras. De janeiro a junho, quem ocupou interinamente o cargo de prefeito foi Ariosto Lopes Braga, em decorrência da morte de Chico Filho.
4. Ele não foi o 11º prefeito de Porto Velho, mas sim o 18º.
5. Ainda ao contrário do que diz a prefeitura, Francisco Coêlho Filho não era filiado ao PL (Partido Libertador), sigla que sequer existia na época. Ele era getulista, ligado ao Partido Republicano, pois o PTB só seria criado em 1945.



Publicação no site da prefeitura de Porto Velho

Manaus também não escapa de erros históricos cometidos pelo poder público, em referência aos Coêlho. Na galeria de ex-presidentes da Câmara de Vereadores, há uma imagem de Francisco Plínio Coêlho, presidente do Legislativo em 1963, com informações completamente equivocadas, correspondentes à biografia de outro político amazonense que nada tem a ver com o retratado. Ele é descrito como tendo nascido em 1936 e como sendo vice-governador e senador, na década de 1970, quando ele já era falecido.

Francisco Plínio Coêlho foi, na realidade, vereador por dois mandatos, entre 1959 e 1964, e faleceu em 1970, aos 95 anos, o que significa que nasceu em 1875. Esses erros permanecem evidentes até hoje no site oficial da Câmara de Manaus.

Feitos esses esclarecimentos, seguimos para a construção de uma breve história da casta Coêlho.



Retrato de uma época: em primeiro plano, a charmosa Praça Jônatas Pedrosa; ao centro, a histórica Ladeira Comendador Centeno, com o sobrado que abrigava a prefeitura na gestão de Chico Filho; e, ao fundo, a majestosa Catedral do Sagrado Coração de Jesus, imponente testemunha do cenário urbano. (Foto: Ferreira)



A prefeitura no velho sobrado (Foto: a.d./Acervo Anderson Leno)

MORTO ENQUANTO ERA PREFEITO

Francisco Coêlho e sua esposa, Ana Ramos Coêlho, tinham como maior preocupação a educação e o futuro dos filhos. Ele sonhava que os meninos fossem advogados e “alguém na vida”. Graças a essa visão de vanguarda, em um tempo muito difícil para o setor de educação, em que poucos municípios dispunham sequer de grupo escolar, todos alcançaram sucesso no serviço público, com dois deles se destacando na política, ocupando os cargos mais relevantes do estado, além de serem notáveis advogados e professores.

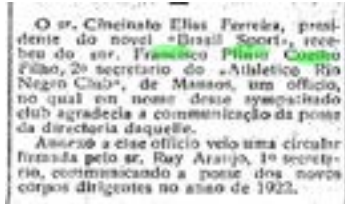
Depois de “fazerem o grupo” (ensino básico), ainda crianças, em Humaitá, os oito filhos foram enviados a Manaus, onde estudaram nos melhores colégios e instituições da época, como o Colégio Dom Bosco, Ginásio Amazonense, Escola Normal, Escola de Comércio Solon de Lucena, Instituto de Educação, Ciências Jurídicas e Sociais e a Faculdade de Direito do Amazonas.



Time do Atlético Rio Negro Clube, em Manaus (s.d)

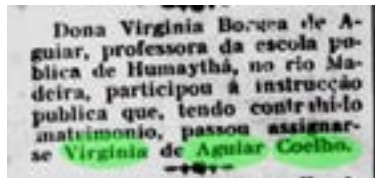
Mas, além de estudar, o primogênito, Francisco Filho, com apenas 15 anos de idade, já brilhava nos campos de futebol manauaras, jogando pelo Atlético Rio Negro Clube. O futebol ainda era incipiente, mas, em Manaus, conquistava um imenso público e o adolescente era aficionado pela modalidade.

Em 1921, Francisco também integrou a diretoria do Nacional Futebol Clube, um dos clubes mais tradicionais de Manaus, fundado em 1913. O futebol, que começava a se popularizar no Brasil, encantava o jovem humaitaense, tanto como jogador amador quanto como dirigente.



Conexão com Porto Velho, em 1922: direto de Manaus, o jovem Francisco Plínio Coêlho Filho entra em contato com o jornalista Cincinato Elias, do jornal *Alto Madeira*. Unidos pela paixão pelo futebol.

Os irmãos mais novos ainda eram crianças na época da estada de Chico Filho em Manaus, como estudante. Plínio Ramos Coêlho (1920–2001) e Paulo Ramos Coêlho (1918–1968), seguiriam trajetórias brilhantes, tornando-se, respectivamente, governador do Amazonas e senador da República. Já Francisco Filho (1901–1933) fez o caminho inverso dos mais novos, pois iniciou sua vida política no interior, retornando de Manaus para Humaitá, onde se casou em 1925 e teve três filhos no espaço de apenas cinco anos.



Nota de 1925 do Jornal do Commercio :
casamento da professora Virginia com Francisco Filho

Em 1932, Francisco foi prefeito de Humaitá, mas pediu exoneração ao perceber o potencial de Porto Velho, impulsionado pela movimentação em torno da ferrovia Madeira-Mamoré que tentava se reerguer após a nacionalização, um ano antes. No mesmo mês de maio em que foi exonerado da prefeitura de Humaitá, assumiu o cargo de prefeito em Porto Velho.

Cada um dos filhos de Francisco Coêlho seguiu seu destino, demonstrando inteligência e capacidade de articulação. Todos compartilhavam os ideais getulistas, que, no início da década de 1930, mobilizavam as massas e dividiam opiniões.

Foi nesse contexto que Francisco Plínio Coêlho Filho, aos 32 anos, chegou a Porto Velho, trazendo experiências acumuladas em Manaus, onde serviu no Exército, formou-se agrônomo e trabalhou como servidor da Fazenda Pública estadual. Não se sabe quais eram seus planos e até onde queria chegar na política. A morte o silenciou. Sua esposa continuou trabalhando como professora, profissão que exercia desde solteira em Humaitá.

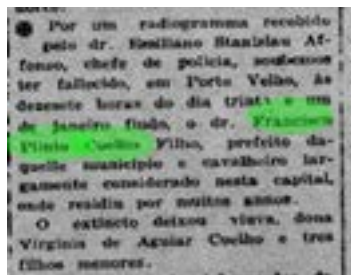


Nota do jornal Alto Madeira: “Ao término do ano escolar de 1932, 83 alunos foram julgados aptos para prestar exames perante a comissão examinadora, cujo presidente era o Capitão Aluizio Ferreira, membro da Inspeção Regional do Ensino, e tendo como examinadores: Ruy Barreto e Ruy Araújo, juiz de Direito da Comarca e advogado, respectivamente. Dirigia o ‘Barão’ nessa época a professora Virginia de Aguiar Coêlho. O ano escolar de 1932 foi encerrado com uma grande festa, tendo os alunos que melhor se destacaram recebido valiosos prêmios.”



A Escola Barão de Solimões em 1932, ano em que era dirigida pela primeira-dama de Porto Velho, professora Virgínia de Aguiar Coêlho. Atualmente, é a escola mais antiga em funcionamento em Rondônia (Reprodução/s.d)

Infelizmente, a trajetória do jovem casal foi interrompida de forma precoce. Em janeiro de 1933, Francisco Filho faleceu durante seu mandato como prefeito de Porto Velho, tornando-se o mais jovem prefeito da história e o único morto enquanto estava no poder. Quem o conheceu lamentava profundamente sua perda, destacando seu talento, carisma e promissor futuro político. Assim como seus irmãos, ele poderia ter alcançado grandes feitos, não fosse a morte sorrateira.



Jornal do Commercio , Manaus, 5/2/1933: “Por um radiogramma recebido pelo dr. Emiliano Stanislaw Affonso, chefe de polícia, soubemos ter fallecido, em Porto Velho, às dezeseite horas do dia trinta e um de janeiro findo, o dr. Francisco Plinio Coêlho Filho, prefeito daquelle municipio e cavalleiro largamente considerado nesta capital, onde residiu por muitos annos. O extincto deixou viuva, dona Virginia de Aguiar Coelho e tres filhos menores.”

Nesse cemitério estão sepultados grande quantidade de pioneiros, pessoas que fazem parte da nossa história como o Major Emanuel Silvestre do Amarante, o poeta Vespasiano Ramos, o jornalista Oderlo Belesá Serpa, o ferroviário Hugo Ferreira, os ex-prefeitos Francisco Plínio Coelho Filho, José Marques Galvão e Bohemundo Alvares Afonso, os comerciantes George Resky, Miguel Chaquian, Jor-

Coluna de Esron Menezes, 1986, no jornal Alto Madeira, acerca do Cemitério dos Inocentes



Francisco Plínio Coelho Filho, prefeito de Porto Velho.
Maio de 1932 a janeiro de 1933

O registro de óbito

Sob os cuidados espirituais do reverendo padre João Nicoletti, Francisco Plínio Coelho Filho esteve internado no Hospital São José, onde veio a falecer às 17h30 do dia 31 de janeiro de 1933, aos 32 anos. A causa de sua morte foi atribuída à polineurite, conforme atestado pelo médico clínico geral paraense José Collyer.

A enfermidade que acometeu o jovem Chico Filho, também denominada polineuropatia, é uma condição caracterizada pela inflamação de múltiplos nervos periféricos do corpo. Essa inflamação pode ocasionar sintomas como formigamento, dormência, fraqueza muscular e, em casos mais graves, perda de funções motoras ou sensoriais. Geralmente, os sintomas iniciam-se nas extremidades, como mãos e pés, podendo progredir para outras regiões do corpo.

O CONTEXTO DA ÉPOCA

Entre cercas, caos e histórias cruzadas

Ah, a década de 1930! Uma época em que o Brasil, sob os primeiros atos de Getúlio Vargas, parecia mais um experimento social do que uma nação consolidada. Vargas, sempre prático e centralizador, decidiu abolir de vez as eleições democráticas e nomear governadores, prefeitos e vereadores. Antes disso, o título era superintendente, mas convenhamos, prefeito soava muito mais elegante, mesmo que sentar na cadeira fosse um convite para encrenca – ou, como apelidava a imprensa, para a temida “cadeira elétrica”, pois ninguém parava muito tempo no cargo, à mercê do humor dos chefes maiores.

E foi nesse cenário de instabilidade e incerteza que Francisco Plínio Coêlho Filho assumiu a prefeitura de Porto Velho. O contexto? O mundo ainda sentia os solavancos da crise de 1929, com a Bolsa de Nova York arruinando sonhos. A borracha, que sustentava a economia local, descia ladeira abaixo, e a cidade tentava se equilibrar entre disputas políticas e debates inflamados que iam do fascismo, com a chegada da Ação Integralista Brasileira, ao comunismo liderado por Luiz Carlos Prestes. Teorias conspiratórias eram o tempero das conversas, mesmo que nada concreto ameaçasse o pacato (e suarento) cenário local.

Porto Velho, uma pequena cidade encravada ao sul do Amazonas, era uma curiosa mistura de identidade. À época, a vila estava dividida pela célebre avenida Divisória. De um lado, tínhamos “a Porto Velho de todos”, com suas casinhas improvisadas, ruas cheias de lama e uma sociedade dividida entre “categas” (de “categoria”, os bem-sucedidos seringalistas e comerciantes quer vinham de muitas partes, era uma torre de babel) e “mundícia” (os pobres, em um apelido que só reforçava o desprezo). Do outro lado, havia a cidade-empresa, pertencente à administração americana da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que esbanjava infraestrutura e qualidade de vida: casas bonitas, um hospital decente, fábrica de gelo, energia elétrica. Era, literalmente, um muro entre mundos.

Mas nem mesmo as cercas separavam Porto Velho da decadência vizinha. Santo Antônio do Rio Madeira, na divisa com o Mato Grosso, era a “antecâmara do inferno”, como bem poetizou Ruy Barbosa anos antes. Degredo, malária e precariedade sanitária faziam parte da rotina naquelas bandas – um cartão-postal que ninguém quer enviar. E a onda migratória fez com que Porto Velho inchasse, enquanto a velha vila de Santo Antônio era esvaziada, até que acabou extinta. Ao contrário de Santo Antônio, Porto Velho respirava otimismo, mesmo com a cerca que fazia existir duas urbes.

Getúlio, homem de visão (e de planos centralizadores), começou a mudar as coisas. A nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré trouxe um sopro de brasilidade à cidade. E foi nesse espírito que Francisco Plínio Coêlho Filho se tornou prefeito, representando uma nova fase. Não pôde muito, porque seu tempo foi curto. Mas, lá do velho sobrado na Ladeira Comendador Centeno, ele também ajudou a comandar a transição de Porto Velho para uma cidade genuinamente brasileira.

Extensão de Humaitá – Francisco era amigo e aliado de Bohemundo Álvares Afonso, também de Humaitá, que posteriormente o sucedeu na prefeitura. E, porque as histórias nunca seguem linhas retas, veja onde elas deságuam: o filho de Bohemundo, Almino Afonso, foi eleito deputado federal pelo Amazonas em 1962 ao lado de Paulo Coêlho, irmão do falecido prefeito de Porto Velho.

Já em 1963, Almino assumiu o cargo de ministro do Trabalho no governo de João Goulart – presidente que, assim como Plínio Coêlho, seria cassado em 1964. Anos depois, um dos filhos de Almino, Sérgio Britto, nascido em 1959, eternizou seu nome como integrante dos Titãs, banda que marcou a cena do rock brasileiro nos anos 1980.

De Plínio às guitarras, de Getúlio às barrancas de Santo Antônio – as conexões do tempo tecem narrativas improváveis, entrelaçando figuras e destinos ou deixando apenas a impressão de meras coincidências aleatórias.

Porque, como diria Drummond: “No meio do caminho tinha uma pedra”, mas às vezes, no meio do caminho, também tinha uma cerca, uma fábrica de gelo e, quem sabe, uma banda de rock à espera de nascer. Afinal, entre risos, quedas e reviravoltas, a história prefere correr solta, sem pedir licença ou notas de rodapé. Que assim seja.

Falando em Vargas – Em 1940, o presidente Getúlio Vargas visitou Porto Velho e foi recebido pelo superintendente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, capitão Aluísio Ferreira – que mais tarde se tornaria o primeiro governador do Território Federal do Guaporé. Durante o encontro, Aluísio apresentou mapas e estudos demonstrando a viabilidade de criar um novo território, que englobaria parte do Mato Grosso e incluiria Porto Velho, localizado no Amazonas.

Três anos depois, em 1943, Vargas deu sua aprovação e oficializou a criação do Território Federal do Guaporé, que viria a ser a base para o que hoje conhecemos como Rondônia.



A ferrovia nacionalizada em 1931. Na imagem, estão dois símbolos de Porto Velho: a Mad Maria (apelido dado pelo ilustre escritor amazonense Márcio Souza ao trem de ferro) e as Três Caixas (no fundo da imagem, à direita)
(Foto: Acerco do Arquivo Nacional)



Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
(Foto: Júlio Olivar)



O Relógio Municipal de Manaus (Foto: Divulgação/Cidade e Cultura)

O TEMPO PASSOU...

Chico Plínio Filho era a grande aposta do pai, destinado, quem sabe, a ser governador do Amazonas, o timoneiro da família no turbulento mar da política. Atlético, boêmio e dinâmico, o jovem nutria um apreço pelas belas letras e tinha uma oratória admirável, como destacavam os artigos de jornal e as memórias de seus amigos.

Quando perdeu o filho, o tabelião já contava 57 anos, uma idade avançada para a época. Os outros filhos ainda eram quase crianças e levariam tempo para se formar. Será que o velho Francisco Plínio Coêlho viveria o suficiente para vê-los na vida adulta? Não apenas viveria, como também estaria na linha de frente, influenciando diretamente suas decisões políticas.

Na juventude, o caçula Plínio Coêlho e seu irmão Paulo, dois anos mais velho, foram para Manaus estudar, concluindo o curso de professor normalista, em seguida, Direito. E não retornaram para morada em Humaitá.



Em outubro de 1940, Getúlio Vargas visitou Manaus, sendo recebido com entusiasmo pelo povo e cortejado pelo interventor estadual, Álvaro Maia (no centro da imagem).

Naquele momento, Plínio Coêlho, com apenas 20 anos, já era um político em potencial. Certamente estava entre a multidão, aplaudindo e vibrando com a passagem do mito Getúlio Vargas. Contudo, havia um paradoxo evidente: Plínio

era um crítico feroz do interventor Álvaro Maia, a quem acusava de ser “o representante da oligarquia da borracha” e de governar “sem povo e sem voto”, devido à sua nomeação. Ainda assim, defendia Getúlio, um ditador no poder desde 1930. “Defendo-o pelo ímpeto nacionalista e pelas conquistas trabalhistas que estão acima dos interesses da burguesia”, justificava ele, revelando a complexidade de suas convicções que pareciam incoerentes.

No mesmo período, Vargas também visitou Porto Velho, como parte de sua estratégia de integração territorial e administrativa do Brasil. A cidade então ao sul do Amazonas, três anos depois seria elevada à capital com a criação do Território Federal do Guaporé. O governo consolidou sua presença nas regiões mais remotas e estratégicas do país. A criação de Rondônia é uma decorrência deste episódio.

A viagem foi marcada por cerimônias e demonstrações de apoio popular, com Vargas enfatizando a importância da Amazônia para o desenvolvimento nacional. Esse gesto foi visto como uma tentativa de aproximação política e social com uma região que enfrentava muitos desafios estruturais. Em Porto Velho, GV recebeu documentos e pleitos encaminhados pelo superintendente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Aluizio Ferreira, acerca da proposta da instituição do Território do Guaporé, raiz do Estado de Rondônia.



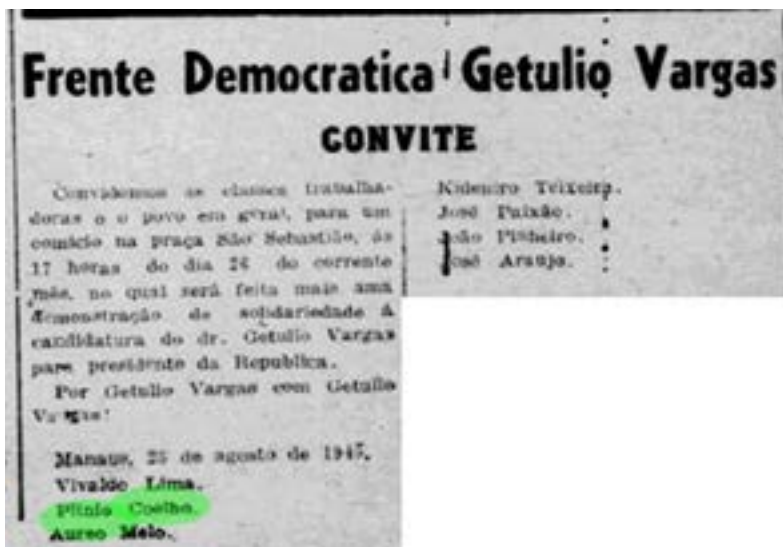
Faculdade de Direito de Manaus (s.d)

UMA CURIOSIDADE APENAS:



Plínio foi indicado ao diretório acadêmico por uma figura emblemática: o jovem estudante de Direito Áureo Bringel de Mello. Filho de um seringalista e natural de Santo Antônio do Rio Madeira — cidade que foi anexada a Porto Velho em 1945 — Áureo residia em Manaus. Em 1956, enquanto exercia o mandato de deputado federal pelo Amazonas, ele foi responsável por renomear Guaporé como Rondônia, marcando seu legado na história da região, em homenagem permanente ao marechal Cândido Rondon.

Ainda estudante, Plínio Coelho já agitava a cena política, organizando comícios em Manaus e destacando-se como um dos primeiros filiados ao recém-criado PTB, em 15 de maio de 1945. Após 15 anos no poder, Getúlio Vargas ainda alimentava o desejo de se candidatar à presidência em 1945, projeto do qual Plínio fazia parte. No entanto, Vargas foi deposto e acabou apoiando Eurico Gaspar Dutra, que venceu as eleições daquele ano. Getúlio retornaria ao poder em 1950, eleito pelo voto popular.



Plínio e os companheiros de PTB convidam o povo para um comício, em que pregavam a permanência do ditador Getúlio Vargas no governo, depois de 15 anos.

De protagonista da política estudantil a advogado militante, Plínio logo quis disputar cargos eletivos. A trajetória política dos Coêlho foi impulsionada em 1947. Ele foi eleito deputado estadual, dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e o término do governo de Vargas, que logo retornaria como 'O Pai dos Pobres', conduzido 'pelos braços do povo', como proclamavam seus discursos populistas.

Nesse período, Porto Velho já não fazia parte do estado do Amazonas, pois, em 1943, havia sido criado o Território Federal do Guaporé. Ainda assim, Porto Velho permanecia profundamente ligado à formação dos Coêlho. O primogênito estava enterrado em solo porto-velhense, e muitos políticos de destaque no Amazonas que cruzariam os caminhos dos Coêlho haviam iniciado suas carreiras na cidade, como o senador e governador Álvaro Maia – humaitense tal qual Plínio, só que adversários. Maia ocupou seu primeiro cargo público quase 30 anos antes de ser eleito senador, em 1945, como prefeito da nascente vila lindeira ao Madeira, que viria a se tornar a capital do estado de Rondônia.

Plínio Coêlho não se contentava com pouco. Aos 27 anos, com a eloquência de um tribuno forjado pela advocacia e pelo magistério, ingressou no parlamento estadual, onde rapidamente se tornou uma figura central. Seu discurso inflamado e combativo o colocou na ribalta como o maior opositor do governador Leopoldo Neves [um agrônomo que foi contemporâneo de faculdade do falecido irmão de

Plínio, Chico Filho, ex-prefeito de Porto Velho). Ironicamente, Leopoldo começara como seu aliado, eleito pela coligação UDN-PTB. Era escritor e defendia teses trabalhistas, mas não com o mesmo fragor juvenil de Plínio.

O advogado-deputado não poupava críticas ao governador e ao deputado Vivaldo Lima, presidente do diretório estadual do PTB e seu colega de faculdade, com quem travava disputas acirradas pelo controle do partido.

Reconhecido como o deputado mais polêmico e combativo da legislatura, Plínio transitava com desenvoltura entre grandes temas nacionais, como a questão do petróleo, e as demandas cotidianas da cidade. Seu nome estava constantemente nas manchetes, e ele sabia como transformar essa exposição em força política.

Quem começa cedo tende a ir longe, e ele foi. Plínio tornou-se uma lenda, ainda hoje referenciada em trabalhos acadêmicos, ora como expoente do trabalhismo, ora como populista. O fato é que ele se consolidou como um líder notável e um mentor de várias gerações, deixando seu nome gravado na história do Amazonas, tendo contribuído com a formação de toda uma rede de políticos que vieram depois, lapidados por ele, a começar pelo mitológico “boto” Gilberto Mestrinho.

Em 1950, Plínio foi eleito deputado federal, na mesma época em que Getúlio retomou o trono, levando ao parlamento o espírito vibrante de seu caboclisto manauara. Na tribuna, transitava com maestria entre as expressões populares das ruas e o tom erudito e rococó com motivos amazônicos, metáforas, lendas e poesias populares, que, por vezes, lhe rendiam críticas. Alguns jornalistas da então capital da República o rotulavam como “folclórico”, mas ele transformava cada crítica em combustível. “Falem bem ou falem mal, mas falem”, repetia, como quem entende que a política também é feita de presença e narrativa.

Plínio seguia em frente, discursando com paixão e mobilizando as massas. “Porque do povo, sei eu. Minha marca é o trabalhismo e os interesses dos trabalhadores, e não os da burguesia”, declarava, reafirmando sua identidade política e seu compromisso com as causas populares.

Na mesma época, seu irmão Paulo Ramos Coêlho, também advogado, foi eleito deputado estadual, assumindo o cargo entre 1951 e 1952. Mas renunciou ao mandato. Nunca foi vocacionado para a política como o irmão. Ainda assim, posteriormente, Paulo foi senador por dois anos (1962 e 1963) e deputado federal de 1964 a 1967.



Recorte do Jornal do Commercio



Lápide de Ana Ramos Coêlho (1883/1955), mãe de Plínio morreu no ano em que ele tomou posse no governo

Nas eleições de 1954, Plínio foi eleito governador. No ano seguinte, sua mãe faleceu, e logo depois seu pai, o tabelião aposentado, mudou-se em definitivo para Manaus, aos 80 anos. Agora, desfrutaria de sossego... Ou não. Francisco Plínio Coêlho aproveitou o fato de seu filho ser governador e passou a presidir o diretório municipal do PTB em Manaus. Mais que isso, em 1959, lançou-se candidato a vereador, foi eleito e reeleito, permanecendo no cargo até os 90 anos de idade. Uma carreira política inusitada, iniciada na fase octogenária e impulsionada pela trajetória política dos filhos.

Devassa geral no Estado do Amazonas

Primeiras medidas do novo governador petebista

MANAUS, 2 — Após a
cerimônia de posse a go-
vernador Filinto Coelho, do
PTB, no Palácio do Palácio
Ela Negro passou im-
ediatamente a emitir as
suas primeiras atas como
chefe do Executivo ama-
zonense.

De primeira, decretou
sancionando foram as de or-
denação do seu secretário
de. Depois teve início a
admissão.

Assim foram instalados
decretos sancionando vários
diretores de repartições
efetivas recentemente;
nominando comissões de
inspeção para apurar a
regularidade da aplica-
ção de verbas — na
propriedade na localização
de agulheiros petebis;
para proceder a exames
dos atos da Diretoria da
Imprensa Oficial; para
oprar a aplicação do
Fundo Rodoviário no
Amazonas nos anos de
1953 e 1954.

Por outro lado, a gover-

nador Filinto Coelho, de
jurisdição a respeito do
governador petebista
a instituição a partir do
ano de 1954 até 31 de
junho de 1955, empen-
fundo também o paga-
mento da gratificação ad-
cional por tempo de ser-
viço de todos os gerentes
dos repartidas as disposi-
ções constitucionais.

Correio da Tarde, Santos, SP, 2/2/1955. p.1

GOVERNADORES RECEBI- DOS PELO PRESIDENTE

RIO, 5 (Meridional) — O Presi-
dente da República recebeu em
audiência, esta manhã, no Catete,
os Governadores do Rio Grande
do Norte e do Amazonas, Sr. Di-
narte Maris e Plínio Coelho, res-
pectivamente.

Foram recebidos igualmente
pelo Sr. J. K., os artistas recém-
mente eleitos "os melhores do
Brasil".

Próximo de JK. O Diário (SP), 6/7/1956, p.3.



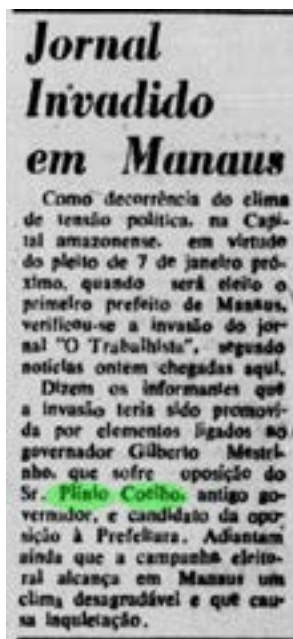
O presidente Juscelino Kubitschek, ao centro, durante uma visita a Manaus, em 1956, na primeira gestão do governador Plínio Coêlho. Na imagem, da esquerda para a direita: Gilberto Mestrinho, então prefeito da capital; o empresário Isaac Sabbá; JK; o radialista Jaime Rebelo (ao fundo); e Plínio Coêlho, ao microfone.



Centro de Manaus, 1953 (Fotos: Acervo de Tibor Jablonsky e Lúcio de Castro Soares)



Plínio Coêlho em seus melhores dias: posse no primeiro mandato de governador, em 1955 (Foto: Reprodução/Recorte/Divulgação)



Depois que terminou seu primeiro mandato no Executivo estadual, Plínio ainda foi prefeito de Manaus (nomeado para o período de janeiro a agosto de 1960).

Eleito governador com o apoio de Plínio, Gilberto Mestrinho assumiu o controle do PTB e, segundo acusações, passou a perseguir seu antigo companheiro político. Para disputar o governo em 1961, Plínio foi obrigado a fundar uma nova legenda: o Partido Libertador (PL). Embora inexpressivo no cenário nacional, o PL acabou recebendo o apoio formal do próprio PTB e garantindo a reconciliação com Mestrinho, numa reviravolta histórica. Assim se desenrolaram os sinuosos e imprevisíveis jogos do poder.



PLINISTAS

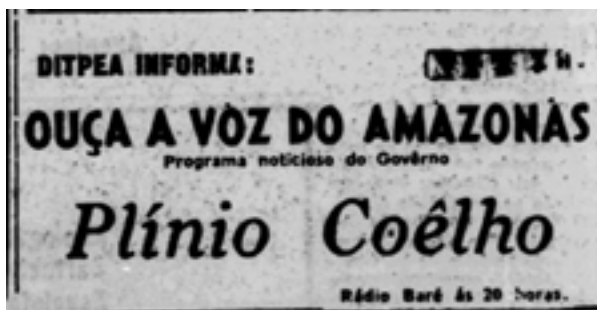
A personificação de um fenômeno

O termo “plinista” surgiu como um neologismo nas décadas de 1950 e 1960 no Amazonas, designando os seguidores de um professor, escritor, advogado e orador que se tornou um dos políticos mais populares do estado. A palavra deriva do nome de Plínio, acrescido do sufixo “-ista”, que indica pertencimento, adesão ou simpatia por uma ideia ou movimento associado a uma pessoa.

Plínio Coêlho transcendeu o trabalhismo, bandeira que seu pai empunhava desde os anos 1930. Seu nome, agora, parecia maior que qualquer ideal político. Esse tipo de denominação frequentemente surge em torno de fenômenos eleitorais marcantes, como foi o caso de Plínio, que personificava o trabalhismo e mantinha viva a bandeira de Getúlio Vargas, que, ao tirar a própria vida em 1954, “saiu da vida para entrar na história”, segundo a carta-testamento, escrita pouco antes do suicídio.

Tudo parecia perfeito. Plínio assumiu o governo pela segunda vez durante a presidência de João Goulart, o Jango, que representava a continuidade de Vargas e o elo com o “trabalhismo raiz”. Esse alinhamento parecia promissor, mas logo as forças políticas – os três poderes, as forças armadas, a Igreja Católica, a sociedade civil, os grandes empresários e a elite fundiária – se uniram para derrubar Jango. E Plínio, inevitavelmente, seria arrastado junto.

O governador estava no Rio de Janeiro para um encontro com o presidente João Goulart quando recebeu a notícia do golpe. Era 1º de abril de 1964. O líder do Amazonas, confiante de que a situação seria rapidamente resolvida, deu declarações às rádios do estado da Guanabara em apoio a Goulart. Para ele, aquilo não passava de ‘uma quartelada’. Plínio foi enfático em sua posição: “Somos contrários aos que se insurgem contra o eleito pelo povo. As reformas de base sairão com a certeza da infalibilidade de um dia que dá lugar a outro.”





Milhares de pessoas na posse do governador Plínio Coêlho; crianças, eram 30 mil, segundo a publicação (Revista Manchete)

Nem mesmo a popularidade e o prestígio conquistados nas urnas foram suficientes para manter Plínio Coêlho no cargo. Em 31 de março de 1964, um movimento político-militar depôs o presidente João Goulart. Poucos dias depois, em 9 de abril, a junta militar que assumiu o poder promulgou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), destinado a punir os opositores do novo regime.

Até então admirado e adulado, Plínio passou a ser evitado por setores da sociedade. Muitos preferiram não se posicionar contra os militares no poder e começaram a expor sua oposição a Plínio, especialmente após a publicação de um telegrama do Governo Federal que praticamente anunciava que o governo amazonense estava em colapso. A onda de ‘cancelamentos’ [para usarmos um termo atual] ganhou força, amplificada por diversas matérias veiculadas na imprensa.

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) publicou uma nota convocando seus associados para uma concentração cívica no Largo São Sebastião, com o objetivo de celebrar o “regozijo da sociedade amazonense pela superação do clima de insegurança que contagiava a nação” [referindo-se a Goulart e suas reformas de base]. A nota também agradecia o gesto de coragem e patriotismo das forças armadas.

Atendendo ao chamado da ACA, várias entidades patronais solicitaram que os estabelecimentos industriais e comerciais encerrassem suas atividades ao meio-dia, permitindo que os trabalhadores participassem da “Concentração pela Democracia e contra o Comunismo”. Durante o evento, foi prestada uma homenagem às “gloriosas forças armadas”, conforme noticiado pelo Jornal do Commercio em 4 de abril de 1964.

Plínio resistia. Seu nome ainda não havia aparecido nas famosas “Listas do Castelo”, publicadas no Diário Oficial da União, que traziam os políticos e servidores públicos com os direitos políticos cassados. Em 14 de maio, buscando se ajustar à nova ordem, o governador reuniu-se com o recém-empossado presidente, general Castelo Branco, em Brasília.

Após o encontro, retornou a Manaus declarando que estava “tudo azul” [uma gíria da época] e que o militar havia lhe garantido paz, desautorizando qualquer investida do Exército contra seu governo. Contudo, essa afirmação foi rapidamente desmentida de forma oficial, como evidenciado no telegrama amplamente divulgado pela imprensa.



Para agravar a situação, Plínio Coêlho enfrentava denúncias de corrupção relacionadas à criação da sociedade anônima Paranauari. Em resposta às críticas, o governador convocou a imprensa em 1º de junho de junho. “A motivação é a de grupos econômicos. Em verdade, com a nossa vitória eleitoral em 1954, rompemos os arcabouços das velhas estruturas”, declarou, conforme registrado pelo Jornal do Commercio em 3 de junho de 1964.

Onze dias após essa entrevista, o mandato de Plínio foi abruptamente interrompido. O general baiano Jurandir Bizarria Mamede chegou a Manaus para comunicar oficialmente a cassação. Na ocasião, o governador discursava na abertura

do 8º Festival Folclórico do Amazonas, no estádio General Osório. Após o anúncio, deixou o local acompanhado pelo general José Alípio de Carvalho, comandante do 27º Batalhão de Caçadores. Mais tarde, naquela mesma noite, Plínio Coêlho transmitiu o cargo de forma lacônica ao presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Anfremon Monteiro.

Era 14 de junho. Plínio Coêlho teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Ele tinha apenas 44 anos de idade e, com tal ato, teve a carreira prejudicada. Ele foi substituído no governo do Amazonas pelo professor Artur César Ferreira Reis, indicado pelo presidente Humberto Castello Branco e ratificado pela Assembleia Legislativa do Estado. Em 19 de abril de 1965, sua prisão foi decretada.



Palácio Rio Negro, sede do Governo do Amazonas, em cuja sacada Plínio costumava fazer discursos e anunciar medidas com apelo popular (Foto: Divulgação)



Plínio no radar dos militares. O Diário (Santos, SP), 6/5/1964, p.1

CASSADO O MANDATO DO GOV. PLÍNIO COELHO

Transmitida, ontem, à noite, a Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro — A notícia da cassação foi dada, pessoalmente, pelo general Jarandir Massad, chefe de esta capital, para o cumprimento dessa missão



No ato oficial, transmitida, e ex-governador disse a chefe do Executivo para o cumprimento dessa missão

Quando o general Jarandir Massad, Chefe do Executivo, foi recebido no dia 15, às 16h, no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, o governador Plínio Coelho recebeu o general Jarandir Massad, chefe do Executivo, para o cumprimento dessa missão.



Antenor Monteiro assume o governo

na noite anterior pelo deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, em uma cerimônia realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

A SUCCESSÃO

O governador Plínio Coelho renunciou, e a chefia do Executivo foi transmitida ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, em uma cerimônia realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

A SAÍDA DO ESTADO

Terminada a transmissão da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, o governador Plínio Coelho saiu do Estado para o Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

do Rio Negro. A cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, foi realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

EXERCÍCIO DO CARIÓTIPO

A transmissão da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, foi realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

NO PALÁCIO

No Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, foi realizada a transmissão da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

o governador Plínio Coelho renunciou, e a chefia do Executivo foi transmitida ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, em uma cerimônia realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

RECEBIMENTO PERNAMBUCANO

Segundo revelou a reportagem, o governador Plínio Coelho, ao deixar Pernambuco, foi recebido no Recife por um grupo de amigos e familiares, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

APORTARIA NOVA

Também o governador Plínio Coelho anunciou que renunciaria ao cargo de governador e transmitiria a Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, em uma cerimônia realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

TRANSMISSÃO DO CARIÓTIPO

A transmissão da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, foi realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

o governador Plínio Coelho renunciou, e a chefia do Executivo foi transmitida ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, em uma cerimônia realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

Segundo revelou a reportagem, o governador Plínio Coelho, ao deixar Pernambuco, foi recebido no Recife por um grupo de amigos e familiares, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

EXERCÍCIO DO CARIÓTIPO

A transmissão da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro, chefe do Executivo, foi realizada no Palácio do Rio Negro, onde se realizou a cerimônia de entrega da Chefia do Executivo ao deputado Antenor Monteiro.

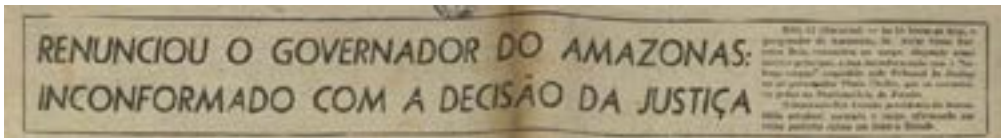


O sr. Plínio Coelho quando saiu do Estado acompanhado do general Jarandir Massad, chefe do Executivo, para o Rio Negro



O Diário, SP, agosto de 1964

Plínio estava preso. Na Câmara dos Deputados, seu irmão, Paulo Coêlho, levantou um protesto audacioso durante a sessão de 12 de agosto. Com firmeza, declarou: “É preciso cessar as arbitrariedades que vêm sendo postas em prática; que se restabeleça a ordem jurídica, as garantias constitucionais e as autonomias dos poderes Legislativo e Judiciário”.



Nomeado para substituir Plínio, o jornalista, advogado, professor e historiador Arthur César Ferreira Reis (colega de Plínio na Academia Amazonense de Letras) chegou a manifestar o desejo de renunciar apenas um mês após a cassação do mandato do governador. Ele não admitia que o oponente permanecesse em liberdade e exigia sua prisão.

Apesar de um habeas corpus concedido pelo Tribunal de Justiça ter garantido a libertação de Plínio da penitenciária, o exército empreendeu verdadeira cassada para detê-lo novamente, mesmo sem mandado de prisão.

Diante desse cenário caótico, o governador Arthur Reis, satisfeito com a cassada do antecessor, decidiu recuar e permaneceu no cargo até 1967, atendendo ao chamado do presidente da República.

Os registros específicos sobre o período exato de sua prisão não são amplamente documentados. Mas ele ficou apenas algumas semanas detido.



O slogan do Governo Brasileiro nos tempos de repressão.

“Nenhum governador que aderiu à Revolução de 64 permaneceu nela. Tudo que está fora do Direito carrega um prazo de validade.

Carlos Lacerda, o mais apaixonado defensor dos militares, acabou por se afastar deles. Para mim, a cassação foi, ao mesmo tempo, um alívio pessoal e um impacto profundo – uma marca indelével, uma tatuagem na alma coletiva.”

Plínio Coêlho



“Plínio” – Óleo sobre tela/a.d./Acervo de família.
Essa obra ficava parede da sala de estar do ex-governador



Recebido pelo Exército, o marechal Arthur da Costa e Silva (centro), candidato (pela via indireta) a presidente da República, visita Manaus em 22 de agosto de 1966 (Foto: Divulgação)

TERRORISTA ESTARIA EM FRENTE AO HOTEL PARA ASSASSINAR MAL. COSTA E SILVA

EU poderia morrer na prisão "vergonha", foi o que o candidato a presidente esperava, a partir do momento em que recebeu a notícia de que estava sendo preso em frente ao Hotel Amazonas, que fica em uma passarela cercada pela dependência de segurança de Marçal Costa e Silva, quando chegava ao Povo Anilberto Ville.

O diretor Paulo Carneiro, acusado por da PMA, notando que o candidato traria um bom nome na estrada, pediu a prisão imediata e, ao levantar-se a manhã, mandou a polícia de uma arma automática de fabricação americana, calibre 22, com capacidade para 25 disparos, e mais uma munição de reserva contendo de dois metros, com 50 balas amovíveis.

Imediatamente, o ca-

que foi cercado por vários em companhia de um policial e levado à prisão especial, que fica no Quartel da Polícia Militar do Estado em o Compõem de Comando de Defesa, mas ao ser levado a prisão não se deu a prisão com que foi em companhia e não pelas autoridades policiais.

As autoridades policiais, no entanto, o Dr. Hélio Barbato, do Polícia Federal, não sabem, assim como o oficial de dia da Polícia Militar, que, ao tentar o nome do futuro, disse que se referências se poderiam ser fornecidas pelo Comandante.

Apresentou, por outro lado, que a prisão foi feita Malheiros chegou do Rio de Janeiro na semana passada, tendo afirmado que se pol-

tiças que se encontravam, no interior do prédio, de que o nome do candidato em Casa estava de um verdadeiro candidato. Em consequência, há rumores que apontam a possibilidade de um atentado, enquanto outros afirmam que ele está se preparando para os ataques de outubro de 1966, e de lá, deslocar-se ao prédio do Super Lado do Hotel Amazonas, onde ficou hospedado o coronel de Marçal Costa e Silva, em face de sua importância, e pessoal relacionado da segurança de terminar a campanha eleitoral, espalhando o diálogo em todos os pontos, a fim de se proporcionar o local adequado.

A história do estudante que foi preso com uma arma porque teria a intenção de matar o candidato a presidente em Manaus (Imagem: jornal A Crítica, 24/8/1966. Acervo: Instituto Durango Duarte)

PAULO RAMOS Coêlho, MORTO EM ACIDENTE



Propaganda de 1950.



Jornal do Commercio , 1962.

Com a queda de Plínio Coêlho do governo e os novos ventos da política brasileira, a situação tornou-se delicada. A política passou a ser um tema “perigoso”, marcado pelo bipartidarismo rígido – ou se era a favor ou contra o governo – que não tolerava a pluralidade. Assim, não apenas um governo caiu, mas também uma era chegou ao fim.

Os ‘plinistas’ se dispersaram. Pouco tempo depois, a família enfrentou outra tragédia: o irmão do ex-governador, o ex-senador Paulo Ramos Coêlho, faleceu dois meses antes de completar 50 anos.

Era uma chuvosa tarde de domingo em 1968, nas proximidades de Anápolis (GO), quando o acidente ocorreu. Ele estava a bordo de um elegante Simca Chambord, a serviço da Incorporadora Provenco, da qual era diretor no Distrito Federal. Paulo deixou esposa, Olga Castanheiro, com quem era casado havia 25 anos, e cinco filhos; foi sepultado em Brasília. Na época, ele fazia oposição ao governo brasileiro e era suplente de deputado federal pelo MDB.



Jornal do Commercio , 2/7/1968, 1ª página.



PROTAGONISTA E TESTEMUNHA DA HISTÓRIA



Em 1963, aos 88 anos, foi reeleito vereador por Manaus pelo Partido Libertador, conquistando a segunda maior votação da cidade. Seu slogan marcante dizia muito: “Um candidato que vale uma legenda”. Era uma forma de explicar que, embora afastado do PTB e concorrendo pelo PL, não tinha deixado de ser um trabalhista. Ele era a própria legenda.

Francisco Plínio Coêlho sobreviveu aos incontáveis desafios de sua época. Ainda jovem, aventurou-se ao sul do Amazonas, onde a vastidão dos rios era tanto o caminho quanto o abismo. Barqueiro e contador, ele reptou os perigos constantes de uma terra indomada, onde a malária era tão certa quanto o ciclo das águas, e a morte rondava como uma sombra onipresente.

Pena que os registros de sua jornada tenham se perdido nas correntes do tempo. Sua história, se contada pelo próprio protagonista, talvez revelasse aquilo que Walter Benjamin certa vez descreveu como a “experiência silenciosa” das coi-

sas vividas – aquela sabedoria intraduzível que apenas os que enfrentaram o caos podem trazer consigo. Certamente, Francisco Plínio Coêlho teria mais a dizer do que qualquer suposição ousaria alcançar. Afinal, sobreviver não é apenas um ato físico; é um testemunho, uma afirmação de que a vida persiste acima dos reveses.

Incrivelmente, o homem que nasceu cerca de 14 anos antes da Proclamação da República, em um tempo sem telégrafo, automóveis, estradas de ferro ou os confortos do século XX, estava lá, nas barrancas do Rio Madeira, na antiga Humaitá, descoberta por jesuítas no século XVII.

Em 1911, ele tornou-se oficialmente escriba. Como tabelião e escrivão, selou destinos e registrou histórias, exercendo sua profissão com rigor, precisão e a impessoalidade exigida pelo ofício. Mas, se pudesse escrever sobre si mesmo, o que teria revelado? Que experiências transcenderiam as linhas cronológicas? Quantos amores vividos, quantas dores suportadas? A perda de seu filho jovem, enquanto ocupava o cargo de prefeito na promissora Porto Velho, certamente foi um golpe devastador para sua alma.

O tempo seguiu seu curso, e até o túmulo do prefeito Chico Filho acabou desaparecendo entre tantos outros. Quantos ainda se recordam de que Porto Velho teve um prefeito tão jovem, que morreu em exercício, e que era esposo de uma professora, diretora do grupo escolar local, cuja memória parece ausente até das paredes que um dia carregaram seu retrato?

O velho Chico Coêlho, como era chamado na intimidade em Humaitá, testemunhou o nascimento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da cidade de Porto Velho, as duas Guerras Mundiais e a ascensão e queda de Hitler... Contava, com orgulho, que teve o primeiro rádio de Humaitá.

Pai de oito filhos, dois deles seguiram carreira na política. O velho tabelião acompanhava tudo pelos jornais que chegavam às mãos ávidas. Após enviuar, decidiu também trilhar o caminho da política em Manaus, ocupando o cargo de vereador eleito em 1959 e 1963. Assistiu, de camarote, ao triste espetáculo da queda de seu filho, destituído do governo por uma canetada do general-presidente. E o que fazer? Resistir, oras! Sempre!

Feijoada e tartarugada

Um grupo de comerciantes, está organizando uma grande reunião de campo, para o próximo domingo, na Chapada Brisa, a fim de oferecerem tartarugada, ao senhor Francisco Peixada, feijoada e uma tartarugada, ao senhor Francisco Plínio Coelho, genitor do Governador do Estado.

Os promotores da homenagem ao respeitável vereador de Manaus, está fadada ao mais absoluto sucesso, pois aquele edil goza de grande prestígio em nossa capital.

Os convites para a participação do ágape estão sendo feitos pelos promotores da reunião tendo os redatores do JC recebido convite para se fazerem presentes.

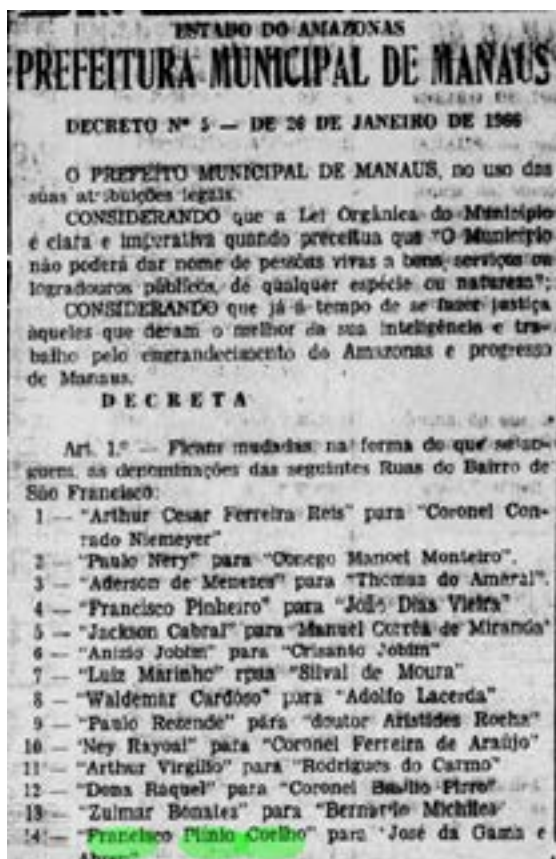
O LADO PITORESCO – Homenagem à moda manauara ao patriarca Francisco Coelho. (Jornal do Commercio , 1963)



Francisco Coelho na foto oficial na presidência da Câmara de Vereadores; chefe do legislativo aos 90 anos

Com a tomada do poder central pelos militares, instaurou-se uma verdadeira 'caça às bruxas'. Diversas denúncias surgiram, implicando o governador e sugerindo possíveis benefícios eleitorais em favor de seu pai. O governador teve seu mandato cassado, enquanto o pai, alegando problemas de saúde, ainda resistiu o quanto pôde, mas, por fim, pediu licença do cargo de vereador.

O revisionismo histórico promovido pelos novos detentores do poder era visível, em todas as escalas, das câmaras municipais do país à presidência da República. Em 1966, a prefeitura de Manaus decidiu aplicar rigorosamente a Lei Orgânica, removendo o nome do tabelião de uma das ruas da cidade. Ele não foi o único afetado. Dezenas de ruas tiveram suas denominações alteradas, em uma tentativa de evitar homenagens a 'gente viva', especialmente àqueles que se opunham ao novo regime.





Atual Rua José da Gama e Abreu, bairro Petrópolis, em Manaus.
Até 1966, o nome da via era Francisco Plínio Coêlho, que ainda era vivo –
a Lei Orgânica vedava esse tipo de homenagem.
Outras 58 ruas tiveram seus nomes alterados na ocasião.

Quase no encerramos de seu segundo mandato, já sem energia para os debates, Chico Coêlho pediu licença do cargo e foi viver em Brasília, junto de seu filho, o ex-senador Paulo Coêlho. Mas o destino foi cruel: Paulo morreu em um acidente. E lá estava o velho, aos 93 anos, enfrentando mais uma perda. Ele faleceu dois anos depois, de causas naturais, em Brasília. Seu corpo foi levado para Manaus e sepultado no Cemitério São João Batista.



O Fim

Chegou ao início da tarde de ontem o corpo do ex-vereador **Francisco Plínio Coelho**, falecido na véspera em Brasília, onde ultimamente residia com familiares. Pai do ex-governador Plínio Coelho, o extinto teve intensa militância política em Manaus, depois que deixou o município de Humaitá, onde exercera o cargo de tabelião por longo tempo. Foi também presidente da Câmara Municipal, tendo cumprido dois mandatos. Morreu aos 95 anos de idade, e seus restos foram ontem mesmo sepultados no Cemitério de São João Batista.

Jornal do Commercio , 23/10/1970

MISSA DE 7º DIA

FRANCISCO PLÍNIO COELHO

Os filhos, irmãs, cunhados, genros, noras, netos e bisnetos de **FRANCISCO PLÍNIO COELHO**, falecido em Brasília e sepultado no Cemitério de São João Batista desta cidade, convidam aos demais parentes e amigos a comparecerem à missa do sétimo dia que farão realizar na Igreja Matriz, às 18 horas do dia 27, terça-feira, a fim de orarem pelo descanso, da alma do pranteado morto, por cujas presenças e preces externam, de já, os mais profundos agradecimentos.



Lápide do patriarca Francisco Plínio Coêlho no Cemitério São João Batista em Manaus
(Foto: Bruno Lopes)

No Amazonas, PTB revive Getúlio Vargas

Manaus- A luta de Getúlio Vargas a favor do trabalhador e a caracterização do partido como "o caminho da salvação" foram dois pontos abordados pelos líderes do PTB no Amazonas, na avenida Getúlio Vargas. Dois ex-governadores, Gilberto Mestrinho e Plínio Ramos Coelho - já confirmados como candidatos nas eleições de 82 - participaram dos acontecimentos, que contou ainda com grande número de políticos antigos.

Após o descerramento da faixa, muitos aplausos marcaram a afixação do retrato de Getúlio Vargas no salão de reuniões. Seguiu-se a posse da Comissão Diretora Regional, presidida por Gilberto Mestrinho. Entre os oradores, Plínio Coelho lembrou a revolução de votos no passado e a campanha do "tostão contra o milhão", prometendo, se eleito para o Senado em 82, ser "um caboclo, falando como caboclo e defendendo a caboclada".

Gilberto Mestrinho, candidato ao Governo em 82, disse que o PTB se propõe a ser um partido de educação política do povo. E advertiu que ninguém pense em se filiar ao partido para tirar vantagens pessoais, uma vez que o compromisso maior é com o povo.

Com Getúlio, até o fim.

Correio Brasiliense, 10/08/1980, p. 6



Plínio Coêlho, aos 75 anos, em 1995: com seu discurso eloquente, poético (foi membro da Academia Amazonense de Letras) e repleto de floreios e bom humor, ele compartilhou memórias essenciais que ajudaram a moldar a história política do Amazonas. (Imagem captura de entrevista concedida à TV das Águas)

PLÍNIO Coêlho VIVEU ATÉ O SÉCULO 21 E ENCERROU UM CICLO NA POLÍTICA AMAZONENSE

O ex-governador do Amazonas, afastado do poder no auge de sua popularidade e ainda jovem, teve uma carreira meteórica: foi deputado estadual constituente em 1947, eleito deputado federal em 1950 e assumiu o governo do Amazonas em 1954. Após o golpe de 1964, não desistiu da luta e buscou se mostrar conciliador e disposto ao diálogo, na tentativa de manter espaço na política mesmo sob o regime militar, chegando a declarar que “o país está bem servido”. Essa postura foi uma tentativa de se reposicionar e superar os traumas da ruptura sofrida, mas não teve sucesso.

Em 1974, apoiou Flávio de Brito, candidato ao Senado pela Arena, o partido dos militares. Brito, no entanto, foi derrotado por Evandro Carneira, do MDB. Com o fim do bipartidarismo e a anistia em 1979, Plínio Coêlho retornou ao seu antigo PTB e ratificou sua posição de maior expressão do trabalhismo na Amazônia.

“Os clarins estão soando através dos rios, lagos e igapós na convocação dos autênticos trabalhistas para uma gloriosa jornada”

– Plínio ao ser anunciado como candidato a governador na redemocratização do Brasil.

Eram outros tempos: o getulismo, enfraquecido pelos anos de repressão da ditadura militar, já não encontrava ressonância. O povo, por sua vez, não atendeu ao chamado.

A princípio, em 1981, Plínio anunciou sua candidatura ao Senado, declarando apoio a Gilberto Mestrinho para o governo. Contudo, Mestrinho deixou o PTB e migrou para o PP, que mais tarde se fundiu ao PMDB sob a liderança de Tancredo Neves, então candidato a governador de Minas Gerais. A mudança gerou críticas de Plínio, que afirmou: “[Mestrinho] se aliou ao capitalismo, em vez de buscar alianças com partidos como o PT e o PDT.” Diante disso, Plínio abandonou a candidatura ao Senado e decidiu disputar o governo, em 1982. Sua campanha, no entanto, obteve apenas 1,12% dos votos, ficando em último lugar entre os quatro candidatos. O pleito foi vencido pelo PMDB, liderado por Mestrinho, ambos com raízes petebistas. Curiosidade: Plínio, após cassado, continuou vivendo em Manaus e foi esquecido pelos eleitores; Mestrinho foi para o Rio de Janeiro cuidar de seus negócios e voltou como herói. Sobre Plínio, Gilberto Mestrinho declarou: “Ah, o Plínio é meu amigo, meu compadre, um grande amigo. Tenho muito respeito por ele e acredito que prestou grandes serviços a esta terra.”

Após essa derrota na política, Plínio manteve sua militância no PTB, alcançando o cargo de vice-presidente do diretório nacional. Em 1984, foi nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo para a superintendência da instância amazônica da estatal Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos). Em discurso registrado pelo *Jornal do Commercio* (23/11/1984, p. 5), Plínio, um getulista convicto, declarou: “Figueiredo é o melhor presidente que este país já teve.” Com a posse de José Sarney e o fim do ciclo militar em 1985, Plínio deixou o cargo federal, pois havia (veja só!) apoiado os militares.

Um paradoxo intrigante: Plínio, cassado pelos militares, mais tarde integrou o último governo do regime, atuando na Cobal. Na década de 1980, o PTB consolidou, em âmbito nacional, sua migração para a direita, um movimento amplamente reconhecido. Plínio, por sua vez, manteve-se influente nos bastidores da política, navegando acima das ideologias que se diluíram e se tornaram relativas diante da abertura democrática e das exigências de coalizões.

Em 1986, Plínio candidatou-se a deputado federal, mas não conseguiu se eleger. Obteve 6.682 votos. O discurso dele, considerado ultrapassado para os padrões midiáticos emergentes, refletia um parnasianismo tardio, com expressões como “fulgurações solares” e “Amazonas ressurreto”, que marcaram sua participação no programa eleitoral de TV. Apesar disso, ele apoiou Amazonino Mendes (PMDB) para governador, que saiu vitorioso no pleito.

Sem mandato, Plínio continuou sendo consultado e entrevistado pela imprensa. Em 1987, ele concedeu uma interessante entrevista ao *Jornal do Commercio*

(10/11/1987, p.3) em que falou dos 50 anos do Estado Novo, no contexto do Amazonas. O ex-governador criticou o interventor do Amazonas, Álvaro Maia [outro expoente da política originário de Humaitá], durante o período de Getúlio Vargas. No entanto, Plínio afirmava que era favorável ao Estado Novo (1937-1945), “pelas conquistas dos trabalhadores”. Mas criticou Maia por “não exercer seu poder à altura, não reivindicar e não planejar nada, quando o Amazonas entrava num período de inanição.”

Sem querer fazer comparações entre o período Vargas e o atual, Plínio disse que a maior importância do Estado Novo esteve nas conquistas trabalhistas, como o salário-mínimo profissional e o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps). O político também mencionava que o Estado Novo trouxe escolas técnicas modernas e colônias agrícolas para o Amazonas, mas criticava a situação econômica da época e a falta de ação do interventor. Sobre a Intentona Comunista, ele afirmava que no Amazonas não houve repressão porque os comunistas não se manifestaram. Por fim, Plínio justifica sua defesa do Estado Novo, destacando que a burguesia da época não aceitava as conquistas trabalhistas promovidas por Vargas, “por isso, ele caiu”.

Em 1988, Plínio pronunciou-se sobre questões relacionadas às propostas da nova Constituição, posicionando-se contra o fim da estabilidade no serviço público e rejeitando o parlamentarismo, afirmando: “Isso só funciona em países onde há partidos fortes e coerentes”. Para o ex-governador, “a burguesia brasileira estava fortalecida com sua representação política no Congresso, em detrimento dos interesses dos trabalhadores”.

“Lembro-me quando menino vibrava com a sua fala nos comícios do PTB, à época, no Boulevard, nos quais Plínio promovia nos presentes uma emoção como se eles estivessem ouvindo a pregação de um evangelho, ao mesmo tempo em que enriquecia a todos com as citações em latim de sua erudita oratória”.

Cláudio Chaves – médico, escritor

e membro da Academia Amazonense de Letras.



Plínio “Ganso do Capitólio” Coêlho

Ganso do Capitólio – Este era o apelido de Plínio Coêlho. Isso surgiu na imprensa da década de 1950, como uma combinação de ironia e referência histórica. Na Roma Antiga, conta-se que gansos sagrados no templo de Juno no Capitólio alertaram os romanos sobre um ataque inimigo, salvando a cidade. Esse episódio tornou o ganso um símbolo de alerta e vigilância.

No caso de Plínio Coêlho, o apelido foi atribuído por seus opositores políticos, que usaram a figura do ganso de forma irônica. Ele era visto como uma personagem chamativa e vocal, com discursos eloquentes, mas os críticos associaram isso à ideia de um “ganso barulhento” e um tanto retórico, que expressava frases do tipo “Ensanha afortunosa” sobre as alianças que fazia. O “Capitólio” é uma possível alusão à sua presença marcante na política amazonense, comparando o centro de poder local à referência histórica romana.

O apelido pode carregar diferentes camadas de interpretação, dependendo de quem o usava — aliados, como um elogio à sua vigilância política; ou críticos, como uma provocação. Isso reflete bem as rivalidades e a atmosfera carregada da política do período.

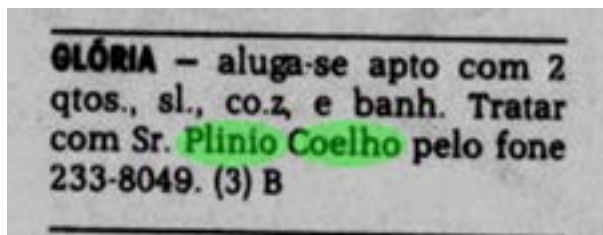
Por fim, o decano direcionou seus esforços mais para a academia, encontrando nos livros e nas aulas uma forma de perpetuar seu legado. Tornou-se professor de Direito Comercial e Ciências Econômicas na Faculdade de Direito do

Amazonas, onde transmitiu seu conhecimento às novas gerações. Além disso, publicou diversas obras, incluindo *Vozes da Amazônia* (poesia) e *Em defesa da autonomia municipal e Amazônia, Vargas e o imperialismo* (sociologia).



Capa do livro *Vozes da Amazônia*, de Plínio Coelho: poesia

Depois de tudo, Plínio encontrou refúgio na serenidade de uma vida pacata, longe das luzes e dos holofotes que um dia o cercaram. Em 1990, seu nome apareceu em um pequeno classificado de jornal, oferecendo um apartamento para alugar. Não havia imobiliária como intermediária, apenas seu número de telefone — direto, acessível, despretensioso. Era o mesmo homem que, em outros tempos, governou o estado, despachou com presidentes da República, embaixadores e o ‘gran monde’. Agora, simples e humano, parecia dialogar com o cotidiano, como quem, em silêncio, carrega o peso das glórias passadas e abraça a realidade presente.



Quando questionado sobre a sensação de estar relegado ao ostracismo, respondia com a serenidade de quem havia aprendido a moldar o tempo: “Faço questão de deixar muitas coisas para trás. Esquecer, para mim, não é perda, mas alívio. A cada memória que se dissolve, sinto o peso nos ombros diminuir, como se minha alma respirasse renovada, livre.”

Por fim, vivia sossegadamente na Rua Huáscar de Figueiredo, 1005, na casa que acabou reformada para ser sede do Núcleo de Práticas Jurídicas do CIE-SA. Aquela residência era o local de suas entrevistas e reuniões intimistas. Plínio faleceu aos 81 anos e 5 meses, em Manaus, no dia 5 de agosto de 2001. Foi casado duas vezes (Maria de Nazaré Albuquerque Coêlho e Aliete Borges Coêlho) e teve dez filhos. Há uma rua e um viaduto com seu nome em Manaus desde quando ele ainda era vivo.



Plínio Coêlho, charge de 1959 (s.d)



Arte: Kleber Saler/Correio Braziliense, 28/08/2005, p.17



Jazigo da família em março de 2025 (Fotos: Bruno Lopes e Divulgação)



LABORUM META - Na fachada do cemitério de Manaus, onde repousam membros da Família Coêlho, com artes tumulares e referências históricas e arquitetônicas, encontra-se a frase em latim no frontispício, que significa:

Fim dos trabalhos.

PÓS-FACIO



Francisco Plínio Coêlho,
Tabelião

Da selva ao tribunal: uma saga amazônica que desemboca no STJ

Porto Velho, cidade nascida da espetacular Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, foi palco de uma história pouco contada — a da família Coêlho, que moldou parte do Norte do Brasil no silêncio dos cartórios, nas disputas políticas e nas salas de aula.

Francisco Plínio Coêlho, o velho tabelião de Humaitá-AM, formou filhos para o serviço público e sonhou com um futuro de justiça e educação.

Décadas depois, seu neto materno, Raul Araújo Filho, chegaria ao topo da magistratura nacional, como ministro do STJ, em Brasília — a capital da esperança de Juscelino Kubitschek.

Com apuração rigorosa e narrativa envolvente, Júlio Olivar reconstrói uma linhagem real de políticos, juristas e idealistas que atravessaram dois séculos e desafiaram o esquecimento.

O livro ***O Tabelião e o Ministro*** é história viva — com nomes, documentos e testemunhos — e culmina no STJ, a Corte da Cidadania, onde o passado amazônico encontra voz no presente do Judiciário brasileiro.

Ricardo Leite, advogado, jornalista, escritor e
membro da Academia Rondoniense de Letras - ARL



REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Plínio Ramos Coêlho. Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Manaus: Divisão da Imprensa Oficial, 1956

BRAGA, Robério. Revista da AAL, p. 158, n.29, ano 102. Academia Amazonense de Letras, 2020

ACERVOS consultados

Cartório de 1º ofício de Notas em Registro Civil, Comarca de Porto Velho
Centro Cultural, de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário de Rondônia (CCDHM)

Fundação Biblioteca Nacional (RJ)

Fundação Getúlio Vargas (RJ)

Instituto Durango Duarte (AM)

JORNAIS consultados

A Crítica (AM)

Correio da Tarde (Santos, SP)

Jornal do Commercio (AM)

Jornal Alto Madeira (RO)

Revista Manchete (RJ)

TV Encontro das Águas (canal YouTube)

Realização



Editora

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Av. Rogério Weber, 1872, Centro. CEP 76801-906

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Fone (69) 3309-6450 | emeron.cepep@tjro.jus.br | emeron.tjro.jus.br

